

***O Manifesto Comunista:* algumas questões de filosofia da história ***

Antonio Rufino Vieira **
e-mail: de-ruan@openline.com.br

Resumo

Neste trabalho, ressaltaremos algumas leituras que permitem observar a atualidade de algumas questões de filosofia da história presentes em Marx e Engels, cuja obra nos ajuda a compreender as contradições do sistema capitalista e nos possibilita a pensar na alternativa de uma sociedade justa, igualitária e livre, um possível histórico mais além da sociedade capitalista. Tomaremos como referência principal o *Manifesto do Partido Comunista*, situando-o a partir da crise do socialismo real, a fim de explicitar alguns problemas da concepção de filosofia da história presente nos textos marxianos. Destacando a importância do marxismo para a compreensão das contradições sociais contemporâneas, podemos perceber que a filosofia da história marxiana nos permite proceder a uma crítica das ideologias dominantes, a uma crítica ao capitalismo, além das sociedades de exploração, de dominação e de alienação. Nesse sentido, constitui-se ainda tarefa fundamental avançarmos na compreensão das transformações de nosso tempo para podermos contribuir na elaboração de conceitos capazes de dar conta desses desafios.

Palavras-chave: pensamento marxiano, sociedade socialista, alienação/libertação

* Este texto teve sua versão preliminar na comunicação "Filosofia da História e Marxismo", apresentada no I Encontro Marx e Engels, promovido pelo Centro de Estudos Marx e Engels (CEMARX/UNICAMP), em Campinas-SP, de 16 a 19 de novembro de 1999.

** Professor do programa de pós-graduação da UFPB.

Abstract

In this paper emphasis is given to readings that show the topicality of some questions on the philosophy of History brought up by Marx and Engels. Their work helps us to understand the contradictions of the capitalist system and to think the alternative of a just, egalitarian, and free society, that is, a possible history beyond capitalist society. The main reference for this is drawn on the *Manifesto of the Communist Party* examining it at the beginning of the real socialism crisis, in order to explain some problems related to the concept of philosophy of History in Marxist texts. Aware of the importance of Marxism for the understanding of contemporary social contradictions, it is clear that the Marxist philosophy of History allows us to criticize the dominant ideologies, capitalism, and societies that exploit, dominate and alienate. This way, it is fundamental in order to go on to understand the changes of our time so that we might contribute to drawing up concepts in order to face up to these issues.

Key words: Marxist thought, socialist society, alienation/freedom

1. O Manifesto em seus 150 anos

Durante o ano de 1998, ao completar 150 anos de sua publicação, o *Manifesto* mereceu a homenagem de inúmeros congressos, conferências, ciclos de debates, mesas redondas, organizados por universidades, sindicatos, partidos políticos - isso sem nomear toda uma gama de livros e artigos sobre o tema. Essa justa homenagem colocou em xeque a tese de que o marxismo, em face das contradições e dilemas do socialismo real, estaria fadado ao esquecimento.

Um dos mais importantes congressos internacionais sobre os 150 anos ocorreu em Paris¹. A importância desse Encontro não se deu apenas por um expressivo número de pessoas ali presentes - mais de 1500, mas, também, pelas discussões construídas a partir dos quase 300 trabalhos² sobre a importância do *Manifesto Comunista* para os

nossos dias. Em um leve apanhado do programa do evento, pode-se constatar a origem dos participantes: 52 nacionalidades. Como destacou o Jornal *Le Monde*, “pôde-se ver antigos militantes comunistas, trostkistas e maoístas, já cinquentenários, relembrar suas guerras passadas (...) sob o olhar de marxistas, hindus, japoneses ou americanos”³. O Encontro situou-se precisamente como ponto de reencontro do conhecimento e da política, da investigação crítica dos problemas e da capacidade crítica da resposta. Nesse sentido, os trabalhos apresentados visaram a contribuir para a investigação retrospectiva das idéias revolucionárias do socialismo e do comunismo, ao confrontar essa idéia às suas realizações, às suas contribuições, às suas tragédias e às suas derrotas; o *Manifesto Comunista* possibilita apreciar, em relação aos desafios deste fim de século, o futuro de um projeto emancipador por meio de um comunismo libertador da humanidade. O Encontro foi organizado em torno de quatro temas. O primeiro tema, “O comunismo, um fantasma que espanta... a história”, foi centrado sobre o contexto histórico do marxismo, analisando-se o seu lugar na obra de Marx, bem como as correntes históricas que nela se enraizaram, como a social-democracia e o leninismo. No segundo tema, “As águas geladas do cálculo egoísta...”, foram analisadas as relações de classe do mundo de hoje. Os diferentes grupos de trabalhos avançaram na discussão de questões essenciais, como o futuro do trabalho e do mercado de trabalho, da evolução das forças produtivas da revolução industrial à revolução internacional; tal problemática levou a discutir a possibilidade de um fim histórico, levantando-se o problema de se projetar um futuro, evitando-se o messianismo. No terceiro tema, “Uma inteligência teórica do conjunto do movimento histórico”, foram debatidas a utopia e a pertinência de um projeto de transformação social. Foi analisada a questão do modelo ao projeto, do ideal ao real e como a noção de comunismo pode ser um operador do futuro. No quarto tema, “Um mundo a ganhar: quais atores e por qual revolução?”, abordou-se a questão da concepção mesma da revolução e de seus atores; de modo particular, foi analisada a concepção de internacionalismo entre nações e continentes, fren-

te ao fenômeno da mundialização, o que torna necessário serem analisadas as rupturas conjunturais, antagonismos e conflitos, para conceber uma ultrapassagem efetiva das lógicas de exploração e dominação.

As homenagens ao *Manifesto Comunista* são justas à medida que caminham junto com a própria proposta dos seus arquitetos, Marx e Engels, portadores de uma nova concepção da compreensão da relação trabalho-capital. Sabemos que o *Manifesto Comunista* não é uma obra do acaso, fruto da inteligência isolada de seus autores, mas reflete muito bem as decisões político-sindiciais do conjunto dos trabalhadores que necessitavam de um instrumento teórico-prático para orientar a organização de um Partido Comunista. As teses propostas no *Manifesto* só podem ser compreendidas, portanto, tendo, como referencial, o momento histórico nas quais elas se inserem. Todavia, essa nossa afirmação não pretende reduzir o *Manifesto* ao século XIX, visto que este documento não se constitui peça acadêmica que deva ser eventualmente consultada; durante os seus 150 anos, sempre foi referência para todos - quer para negar a força de seus argumentos, quer para neles encontrar o embasamento teórico-prático para a ação político-social.

2. O pensamento marxiano e a crise do socialismo real

Para nós, o pensamento de Marx pode ser de importância imprescindível para compreender as contradições do sistema capitalista principalmente quando os seus mais ardorosos defensores pensam apresentá-lo como o único e definitivo sistema da humanidade, do qual nenhuma nação poderia dele escapar. Assistimos, dentro desta lógica, a mudanças teóricas de homens que eram de esquerda e que hoje não vêem outra saída para eliminar as desigualdades sociais senão recorrer a medidas estritamente dentro dos parâmetros do neoliberalismo (como se pode facilmente constatar na análise das recentes mudanças econômicas pelas quais, por exemplo, a América Latina hoje passa). É óbvio que a crise pela qual passam os



“socialismos reais” tem uma profunda ressonância no conjunto da reflexão da importância atual do pensamento de Marx, pois, partindo-se da perspectiva de que os socialismos reais por bem ou por mal tinham como referência e inspiração a obra marxiana, existindo a “prova” prática da impraticabilidade da teoria, essa seria jogada no fundo da lata de lixo, sendo objeto, no máximo, de curiosidade acadêmica.

Mas será o marxismo um “cachorro morto”, como pretendem constatar os defensores da única ideologia, do único sistema sadio, da única possibilidade histórica do homem? Lembremo-nos, à guisa de recordação, a situação de Hegel na época de Marx: era comum a crítica à Hegel, tratado como um “cachorro morto”, de tal modo que Marx se apresenta como seu discípulo, a fim de demonstrar a importância daquele autor para a história da humanidade (cf. Prefácio da segunda edição de *O Capital*). A história parece repetir-se, pois hoje existe a tentativa de enterrar o pensamento marxiano a partir de duas perspectivas, uma factual e outra epistemológica. A primeira, constatando o fracasso da experiência socialista em certos países, daí, encontra a confirmação definitiva para demonstrar que o marxismo não é uma teoria susceptível de ser concretizada, estando mais no nível de uma teoria abstrata do que realizável. A segunda perspectiva, a epistemológica, visa a demonstrar os problemas teóricos da teoria social de Marx e sua não aplicabilidade à realidade social. É nessa lógica de raciocínio que Habermas, em texto de 1963, apresenta quatro fatos que, segundo ele, parecem contradizer Marx⁴: a) a separação entre o Estado e a sociedade que caracterizava a fase liberal do desenvolvimento capitalista desapareceu em proveito de ligações recíprocas em nível do capitalismo organizado; nesse sentido, o método marxista seria incapaz de compreender essa nova estrutura social; b) por sua vez, o progresso material ocorrido nos países capitalistas avançados, inclusive nas camadas mais largas da população, elimina, na prática, o sentido de alguns conceitos marxistas, como o de alienação, que não toma mais a forma evidente de miséria; c) por outro lado, o sonho romântico de que o proletariado seja o realizador de uma re-

volução socialista desapareceu nas sociedades industrialmente avançadas, pois, mesmo sem deter o poder sobre os meios de produção, os trabalhadores têm compensações oferecidas pela sociedade capitalista, constatando-se daí a inexistência de consciência de classe e, por decorrência, de consciência revolucionária; d) finalmente, a revolução russa e o estabelecimento do sistema soviético paralisaram a discussão sistemática do marxismo e a discussão com o marxismo.

As objeções resenhadas por Habermas há mais de 30 anos têm como pano de fundo a análise do avanço tecnológico do capitalismo nas sociedades altamente industrializadas, com reflexo na atividade política do proletariado. Este não é mais compreendido como tendo uma tarefa histórico transformadora, mas simplesmente é adaptado ao sistema sem o questionar. Se há tempo o capitalismo avança como única solução para as sociedades, propondo a eliminação dos riscos de um enfrentamento entre as classes, de modo particular, através de medidas sociais de ajustamento político-social e econômico dos trabalhadores, hoje, mais do que nunca, vê-se o marxismo questionado pela crise dos socialismos reais. Ter o mundo atual perdido a referência imediata com as práticas sociais do socialismo burocrático, restaria saber qual o destino que ainda pode ter hoje o marxismo: ser tratado como algo utópico é o que parece sobrar, segundo a perspectiva de muitos observadores. Assim, algumas categorias, como a de alienação, não teriam qualquer valor teórico ou prático, estando privadas de qualquer sentido revolucionário, porque não fundariam nada de concreto.

3. Marxismo e realidade social

Sabemos que podem ocorrer diferentes leituras da obra de Marx e Engels. Recentemente alguns intelectuais, aproveitando-se do ensejo do sesquicentenário do *Manifesto*, tentaram descaracterizar a importância de tal documento, apresentando-o como nefasto para as sociedades. Um bom exemplo de tal interpretação pode ser encontrado no texto de Aldo Fornazieri, “Manifesto das falsas predições”, presente na coletânea orga-

nizada por Jorge Almeida e Vitória Cancelli, *150 anos do Manifesto Comunista*, coletânea publicada sob o aval da Secretaria Nacional de Formação Política do PT⁵; ali ele tenta problematizar o *Manifesto*, demonstrando as suas teses falsas, como “reduzir a história das lutas de classes”, a “dependência da política à economia”, o conceito de “filosofia da história reduzida a um determinismo”, o “profetismo do operariado, apresentado misteriosamente como sujeito da história”. A tese defendida por Aldo Fornazieri, embora não seja nova, redobra suas forças, quando confrontada com a crise do socialismo real: o marxismo, exemplificado no *Manifesto*, além de nefasto, teria erros grosseiros e, por isso mesmo, não poderia ser fundamento para qualquer projeto político, ou melhor, qualquer tentativa de concretizar as idéias revolucionárias estariam *a priori* fadadas ao fracasso. Seus fundamentos filosóficos seriam o determinismo físico, o historicismo e o economicismo sociais.

Não podemos deixar de observar que, em nossa época, Marx, como pessoa e como autor, continua a suscitar e apresentar controvérsias políticas e filosóficas as mais diversas, alimentando diferentes interpretações muitas vezes contraditórias. O sistema por ele criado, o marxismo, é uma filosofia ou um método de investigação? É uma teoria econômica ou um cânon de regras políticas? Existe uma epistemologia marxista, e, em caso positivo, tal epistemologia é materialista ou idealista? O marxismo é humanista ou amoralista? O materialismo histórico se identifica com uma concepção estritamente limitada ao domínio da história ou, enquanto materialismo dialético, estende-se a todas as disciplinas científicas, como a biologia, a física?

É nesse conjunto de problemas que podemos reler o marxismo que tem muito a nos ensinar na compreensão e transformação da sociedade brasileira, pois entendemos que a teoria marxista apresenta quatro aspectos essenciais, a saber: teoria da realidade, crítica do existente, projeto de emancipação e imperativo político de transformar o mundo. No célebre Prefácio à edição alemã de 1883⁶, Engels resume a filosofia da história presente No

Manifesto. Nesse prefácio, estão contidos vários temas que podem ser problematizados no conjunto do pensamento marxiano. Apontemos alguns. Uma discussão que acompanha o Manifesto e o conjunto da obra de Marx diz respeito a uma possível visão eurocêntrica e evolucionista de Marx, ou seja, a cultura europeia (industrial e capitalista) teria o caráter civilizatório. Numa passagem bem conhecida do *Manifesto*, parece haver uma apologia da nova classe que “pela exploração do mercado mundial, dá um caráter cosmopolita à produção de todos os países ao invadir o globo inteiro”. Historicamente, a burguesia desempenhou, segundo Marx, um papel revolucionário ao “revolucionar constantemente os meios de produção e, por conseguinte, as relações de produção”. Por isso, “tudo que era sólido se evapora no ar” (I- Burgueses e proletários).

A influência do marxismo vulgar sobre os socialismos reais foi profunda. Por sua visão revisionista, ele, infelizmente, fez do evolucionismo e do eurocentrismo o modelo de base da historiografia marxista e, por esse fato, levantou novos problemas na maneira de abordar o colonialismo e o Terceiro Mundo.

Daí alguns problemas se apresentam na compreensão da filosofia da história, os quais pretendemos analisar: a) se a história, envolve em etapas predeterminadas, o Terceiro Mundo deverá passar pelo estado capitalista?; b) a passagem do colonialismo ao capitalismo deve ser considerado como progresso?; c) se um país não é capitalista, até mesmo socialista, deverá ser forçosamente feudal ou asiático? Parece que uma burguesia nacional não pode desenvolver-se em uma formação social do Terceiro Mundo senão sob a dependência da hegemonia imperialista e ela não pode desenvolver um capitalismo nacional, independente do sistema capitalista internacional. Tais problemas só vêm reforçar a importância da filosofia da história marxista, particularmente confrontada, nos dias de hoje, com o fenômeno da globalização.

Se falamos em filosofia da história, temos de falar do objetivo de tal concepção filosófica, ou



melhor, da realização da história, entendida como concretização do projeto de emancipação e imperativo político de transformação do mundo. E aqui se insere perfeitamente a conclusão da segunda parte do Manifesto, onde nossos autores apresentam o real sentido do conceito de liberdade social. Assim sendo, tal liberdade existe à medida que “em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, haverá uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos”. A riqueza dessa passagem, juntamente com outras que caracterizam o homem como um ser social, (vejam-se, por exemplo, a 6ª Tese de Marx sobre Feuerbach e trechos dos *Manuscritos econômicos e filosóficos*) muitas vezes é deixada em segundo plano, em virtude de possíveis interpretações idealistas; num privilégio, até mesmo positivista, podemos esquecer sua real importância no contexto da filosofia da história marxiana: o conceito de liberdade social só pode ser compreendido em função de uma antropologia calcada em princípios de realização do trabalhador enquanto ser criador e livre (tese que pode ser vista desde os *Manuscritos econômicos* e solidificando-se em *O Capital*, naquilo que Marx denominará, no 3º livro, de Reino da Liberdade).

É interessante observar que a passagem citada anteriormente, ao encerrar a II Parte do Manifesto, articula-se com a crítica que nossos autores fazem aos Socialistas Utópicos, na tentativa de apresentar o movimento comunista dos trabalhadores como radicalmente diferente daquelas tentativas fadadas ao fracasso⁷. Todavia, ainda nos nossos dias, existem autores que insistem em apresentar a proposta de socialismo de Marx e Engels como mais um sonho utópico, do que uma real possibilidade de realização. O filósofo canadense Maurice Laguerre⁸ considera que, embora Marx tivesse elaborado uma obra científica em sua análise do capitalismo (pelo menos nisso é obrigado a reconhecer!), ele não teria construído, com o mesmo rigor, uma teoria científica que fundasse o socialismo; nesse contexto, para esse autor, o socialismo de inspiração marxiana teria o mesmo estatuto, por exemplo, da proposta teórica de Thomas More, isto é, a teoria científica de Marx não seria

aplicável à construção de uma sociedade socialista.

Contra essa visão, temos de reencontrar a positividade da utopia que leve em conta positivamente as críticas de Marx e Engels quanto às utopias abstratas, pois o que interessava a Marx (tema abordado nos *Grundrisse* e em *O Capital*) era mais a compreensão crítico-positiva de uma determinada sociedade do que e não denúncias moralistas baseadas em uma concepção romântico-idealista da sociedade - tema que Engels retomará em seu clássico texto *Do socialismo utópico ao socialismo científico*⁹.

Entendemos que Marx permanecerá fiel à sua tarefa teórico-crítica para explicar as causas negativas da alienação do trabalhador, pois a práxis de dominação negativa é exatamente a apropriação de uma mais valia que o capital rouba do trabalhador. Assim sendo, como alerta Enrique Dussel, Marx “pouco pôde fazer enquanto formulação positiva de alternativas (o socialismo) na construção de um novo sistema”¹⁰, idéia reforçada pelas próprias análises de Marx e Engels no Prefácio de 1872 ao Manifesto, ao afirmar que aquele documento, programa detalhado teórico e prático do Partido, levou em conta o desenvolvimento colossal da indústria moderna desde 1848, mas cujas teses práticas sugeridas não mais se aplicariam em 1872. Restaria então o quê? Praticamente tudo, responderíamos, pois os fundamentos da filosofia da história marxiana nos permitem compreender vários problemas contemporâneos como, por exemplo, a questão da mundialização (globalização) do mercado internacional, o crescimento das máquinas substituindo o trabalho humano, gerando desemprego conjuntural/estrutural (entendido e admitido na lógica capitalista como mal menor no crescimento econômico).

Conclusão

Tomando como referência a importância do marxismo para a compreensão desses problemas acima apontados, e inspirando-nos nos documentos do *Rencontre internacional: le Manifeste Communiste, 150 ans après* (Paris, 1998), podemos perceber que

a filosofia da história marxiana nos permite proceder a uma crítica das ideologias dominantes, uma crítica ao capitalismo, além das sociedades de exploração, de dominação e de alienação. Nesse sentido, constitui-se ainda tarefa fundamental avançarmos na compreensão das mudanças de nosso tempo para podermos contribuir na elaboração de conceitos capazes de dar conta desses desafios.

NOTAS

¹ *Rencontre internationale: le Manifeste du parti communiste, 150 ans après*, Paris, de 13 a 16 de maio de 1998.

² Os dossiês preparatórios do Encontro reuniram as contribuições em 12 volumes. As contribuições que enviei, “Marxisme et libération: vers une éthique marxienne de libération” e “Éthique et marxisme, chez la philosophie de la libération” estão publicados *Contributions*, 1er Dossier, p. 1-11 e *Contributions* 2er Dossier, p. 114-120, respectivamente. Nesses trabalhos tentei fazer uma releitura ética do marxismo a partir de uma aproximação de duas éticas contemporâneas: a ética do discurso de J. Habermas e a ética da libertação de Enrique Dussel; para mim, o diálogo entre a ética do discurso e a ética da libertação poderá contribuir para ressaltar a importância do marxismo para a compreensão e a renovação dos valores humanos.

³ *Le Monde*, 19/5/98, p. 17. É sugestivo o título da reportagem escrita por Dominique Dhombres, comentando o significado do Encontro: “Sous la mondialisation, un retour à Marx?”. Importante ressaltar que está sendo preparado novo encontro internacional para o segundo semestre do ano 2000 (<http://www.internatif.org/EspMarx/>).

⁴ Cf. J. Habermas, *Théorie et pratique*, Paris, Payot, 1963, vol. 2, p. 10-12.

⁵ O texto de Aldo Fornazieri não dá a tônica da coletânea; sendo uma exceção e não uma regra. A maioria dos textos da coletânea segue a análise realizada por Jorge Almeida, que, na Introdução, tenta analisar o *Manifesto Comunista*, comparando-o com o debate estratégico atual.

⁶ “O pensamento do Manifesto, isto é, que em toda época histórica, a produção econômica e a estrutura da sociedade, necessariamente dela decorrente, constituem a base da história política e intelectual dessa época; que conseqüentemente (desde a dissolução do regime primitivo da propriedade comunal da terra) toda a história tem sido a história da luta de classes, da luta entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e as dominantes nos vários estágios da evolução social; que esta luta, porém, atingiu um ponto em que a classe oprimida e explorada (o proletariado) não pode mais libertar-se da classe que explora e oprime (a burguesia) sem que, ao mesmo tempo, liberte para sempre toda sociedade da exploração, da opressão e da luta de classes - este pensamento fundamental pertence única e exclusivamente a Marx”. Merecem uma atenção especial o Prefácio à edição inglesa de 1888 e o Prefácio à edição alemã de 1890, onde Engels destaca aspectos históricos do Manifesto Comunista, as suas diversas traduções, reedições, e sua influência no movimento operário.

⁷ Os socialistas utópicos, dizem Marx e Engels no Manifesto, “procuram atingir seu fim (o de regeneração da sociedade) por meios pacíficos e tratam de abrir caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, por experiências em pequena escala, condenadas de antemão ao insucesso”.

⁸ M. Lagueux, “La signification idéologique de l’effrondement de l’empire soviétique”, in G. Haarscher (ed.) *Après le communisme les bouleversements de la théorie politique*. Bruxelles, Éd. de l’Université de Bruxelles, 1993.

⁹ Nesse sentido, a obra de Ernst Bloch, de modo particular o *Princípio Esperança*, é fundamental para entender o sentido da utopia concreta aplicado ao socialismo. Já tive a ocasião de discutir este tema no texto “A racionalidade ética da utopia Marxiana”, *Revista de Filosofia*, Mestrado em Filosofia/UFPB, n. 2, 1993, bem como na segunda parte do livro *Ética e libertação*, João Pessoa. Ed. Universitária/UFPB, 1998.

¹⁰ Enrique Dussel, *Ética de la liberación en la edad de la globalización y de la exclusión*, Madrid, Editorial Trotta, 1998, p. 318.

